

Insegurança com o futuro freia o consumo e segura os investimentos

Pesquisa aponta que 4 em cada 10 presidentes de multinacionais pretendem cortar empregos ao longo dos próximos 12 meses

SÃO PAULO Levantamento recente feito pelo The Conference Board, respeitado centro de pesquisa, em parceria com o fórum empresarial The Business Council revela que 4 em cada 10 presidentes-executivos de multinacionais pretendem fechar vagas ao longo dos próximos 12 meses.

Grandes empresas de setores diversos —como Coca-Cola, Boeing, American Airlines e Estée Lauder— estão entre as que já anunciaram cortes nas últimas semanas.

Por um lado, a incerteza de trabalhadores em relação ao futuro de sua renda os leva a moderar gastos. Por outro, a insegurança de empresários em relação ao futuro do consumo os leva a frear investimentos.

O resultado dessa equação também foi capturado pela pesquisa do The Conference Board. Quase 40% dos cerca de cem presidentes de empresas entrevistados disseram que devem cortar em mais de 10% investimentos planejados anteriormente.

Há setores, no entanto, que têm sido beneficiados pelo maior distanciamento social, o que deverá continuar ocorrendo se algumas mudanças de hábito forem permanentes.

Empresas de tecnologia tiveram bons resultados nos últimos meses. A Netflix, por exemplo, ganhou 26 milhões de novos assinantes no primeiro semestre.

Outro segmento que tem esboçado recuperação é a construção civil. Preparadas para passar mais tempo em casa,

muitas famílias resolveram promover pequenas reformas. Isso pode resultar na geração de novos postos de trabalho nesses segmentos. No caso da construção civil, que é um setor intensivo no uso de mão de obra, a criação de vagas já aparece nos dados oficiais recentes do Brasil.

“É uma tendência positiva porque a construção civil pode absorver mão de obra deslocada de outros setores”, diz Bráulio Borges, economista da consultoria LCA e pesquisador-associado do Ibre/FGV. Porém, em meio a tantas incertezas, as projeções econômicas para o próximo ano são de taxas de crescimento inferiores às contrações estimadas para 2020.

“A pandemia do coronavírus terá um efeito negativo enorme e duradouro sobre a economia global; 2020 e 2021 serão anos perdidos em termos de crescimento”, ressalta um relatório recente da EIU (Economist Intelligence Unit).

As expectativas da consultoria são que apenas a Ásia terá uma expansão em 2021 maior do que a recessão deste ano.

Especialistas ressaltam que um dos riscos que esse cenário impõe é uma queda da produtividade, que comprometa o crescimento futuro.

Trabalhadores parados tendem a perder habilidades. Já as máquinas se deterioram.

Além disso, estudos têm revelado que as parcelas mais vulneráveis têm sido as mais prejudicadas com a perda de emprego, o que tende a agravar a iniquidade social.

“A pandemia do coronavírus terá um efeito negativo enorme e duradouro sobre a economia global; 2020 e 2021 serão anos perdidos em termos de crescimento”

Economist Intelligence Unit em relatório

“Está claro que uma das consequências desta crise será um aumento das desigualdades que já eram crescentes”, diz o economista Otaviano Canuto, que foi vice-presidente do Banco Mundial.

Borges destaca que isso tem levado a uma rediscussão sobre o papel do Estado.

É possível que o mundo caminhe para um modelo permanente de maior proteção à população mais vulnerável. A questão é como governos mais frágeis fiscalmente —como o Brasil— colocarão esses mecanismos de pé.

“Para o Brasil, esse será um grande desafio. Tenho a impressão de que o governo queimou mais cartuchos do que deveria nesses últimos meses”, afirma Borges.

O economista cita como exemplo a transferência de renda emergencial, que, embora tenha chegado aos mais pobres, parece ter beneficiado também famílias que não precisavam do socorro.

O vultoso pacote adotado pelo governo tem contribuído para a retomada da economia, mas piorou a situação fiscal.

Tanto no Brasil quanto no resto do mundo —até mesmo nos países ricos— chegará o momento em que a retirada dos estímulos emergenciais se tornará inevitável.

Resta saber que governos convencerão o setor privado a retomar seus planos de investimentos para garantir que a recuperação atual não perca força e as economias retornem 100% ao seu nível pré-crise. Érica Fraga

8 em cada 10 micro e pequenas indústrias estão sem acesso ao crédito, aponta pesquisa

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A falta de acesso ao crédito ainda afeta 81% das micro e pequenas indústrias, apontou o 10º boletim de tendências do setor feito pelo Datafolha a pedido do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria).

O número caiu em relação ao levantamento anterior —feito de 6 a 14 de agosto e que apontava que 83% dessas empresas não conseguiam empréstimos—, mas ainda mostra piora ante os meses anteriores, quando essa porcentagem alcançou 79% na última quinzena de junho e chegou a cair para 76% no fim de julho.

“A pesquisa aponta que houve uma melhora em relação à situação financeira dessas companhias com a reabertura da economia, mas existem alguns números que ainda são preocupantes. Há empresas que até chegaram a conseguir crédito no início da crise, mas cujos recursos já acabaram. E 1 em cada 4 ainda usa o cheque especial para honrar compromissos”, afirmou o presidente do Simpi, Joseph Couri.

Dos entrevistados, 41% afirmaram que a situação financeira da empresa está regular (mesmo percentual da pesquisa anterior), enquanto outros 34% disseram estar boa ou ótima (ante 30%). Já o número de empresas que consideraram a situação ruim ou péssima caiu de 29% para 25%.

A pesquisa mostra também que 23% das micro e pequenas indústrias estão usando o cheque especial para honrar seus

compromissos, queda de dois pontos percentuais em relação ao levantamento anterior.

Os dados mais recentes do Banco Central, referentes a julho, apontam que o saldo existente no mercado financeiro para empréstimos de cheque especial corporativo alcançou R\$ 6,8 bilhões, o menor patamar da série, iniciada em 2007.

“É importante observar que, apesar de o cheque especial ser uma modalidade que caiu bastante para pessoas jurídicas, é o único produto em que é possível perceber uma ascensão significativa de inadimplência desde o início do coronavírus”, afirmou Eduardo Tambellini, consultor de negócios da Fico.

Ainda segundo o BC, a inadimplência da modalidade nos empréstimos para empresas ficou em 22,6% em julho, o maior patamar desde os 27,3% de janeiro de 2016.

Nesse sentido, a falta de acesso ao crédito pode ser o início de um ciclo de dívidas para as empresas que não tiveram cuidado, afirma Maurício Godoi, professor da Saientia Escola de Negócios.

“A situação entre outubro e novembro pode ser crítica, já que, além da taxa de juros gigantesca do cheque especial, é um período que coincidirá com início de cobrança das parcelas que foram adiadas no primeiro semestre, com a folha de pagamentos que foi cortada ou suspensa e também com os tributos que foram adiados pelo governo.”

No início do ano, os grandes bancos do país e o gover-

“Há empresas que até chegaram a conseguir crédito no início da crise, mas cujos recursos já acabaram. E 1 em cada 4 ainda usa o cheque especial para honrar compromissos”

Joseph Couri presidente do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria)

no federal tomaram diversas medidas como forma de conter o avanço da crise do coronavírus. Dentre as ações, estavam a liberação de novas linhas de crédito, a possibilidade de suspensão ou corte de salário e jornada e o adiamento e renegociação de dívidas com vencimento no período.

Os juros do cheque especial ficaram em 295,2% ao ano —o equivalente a 12,13% ao mês.

“Também é preciso cuidado porque até agora a economia não recuperou o suficiente para que, em caso de necessidade, haja a possibilidade de uma linha de antecipação de recebíveis”, disse Godoi.

Para o gerente-executivo de política industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), João Emílio Gonçalves, a demanda por capital de giro ainda é muito grande, e, apesar da espera por mais recursos via Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) —programa de crédito do governo—, a expectativa é que ainda haja uma recuperação desconectada na indústria.

“Na hora da recuperação, não volta todo o mundo ao mesmo tempo. Pode ser que algumas empresas se levantem antes, mas sem a demanda que tinham no pré-pandemia ou antes que seus fornecedores consigam acompanhar o ritmo de crescimento por falta de capital de giro. Vemos recuperação, o que é um bom sinal, mas ainda tem muita coisa a ser feita e muitas medidas que precisam perdurar.”

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Abre espaço

Quase metade dos 59 mil metros quadrados de locação devolvidos por escritórios comerciais de alto padrão na capital paulista no segundo trimestre veio de empresas de serviços, principalmente de tecnologia, segundo a Newmark Knight Frank, que fez o estudo. A devolução superou as novas locações em 24 mil metros quadrados. A consultoria diz que grandes empresas juntaram vários escritórios em uma só unidade ou abriram mão de áreas para possíveis expansões.

CARDÁPIO A pandemia parece ter levado aos restaurantes uma mudança que o varejo de moda já vinha sentindo no comportamento do consumidor. A permanência dos clientes nos estabelecimentos anda mais objetiva, ou seja, ele entra sabendo o que quer, faz a compra e vai embora.

BANDEJA “O giro das mesas está bom, o que permite faturar bem, mesmo com a oferta menor de assentos, lembrando que as restrições dos protocolos sanitários reduziram a capacidade máxima”, diz Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação do setor).

FOME Segundo ele, mais de 30% dos estabelecimentos também estão com tiquete médio mais alto do que tinham antes da pandemia.

VIOLA Restaurantes e bares do Rio estão pedindo à prefeitura que libere o retorno da música ao vivo. “Qual a diferença entre a música mecânica e o ao vivo se o local respeitar as normas?”, diz Fernando Blower, diretor-executivo da ANR (Associação Nacional de Restaurantes).

MUVUCA Aglomerações nas ruas boêmias da Vila Madalena, em São Paulo, e do Leblon, no Rio, preocupam o setor, que entende que um segundo fechamento comercial geraria uma quebra ainda maior. “Dentro dos estabelecimentos está organizado, mas é difícil controlar o espaço público”, diz Blower.

RUA Os seis meses de pandemia resultaram em queda mensal média de 54% nas vendas do comércio de rua paulistano, segundo a ACSP (Associação Comercial de São Paulo), que comparou dados de março a agosto deste ano com o mesmo período de 2019.

BALCÃO Maio foi o mês com maiores perdas para os varejistas, com redução de 67% nas vendas. Em agosto, com a reabertura, o recuo foi de 33,6%.

PÁTRIA A procura no Google pela Semana do Brasil, evento de promoções criado pelo governo para aquecer o comércio em setembro, está cerca de 40% menor em 2020 do que o registrado no ano passado.

com Filipe Oliveira e Paula Soprana

INDICADORES

JUROS

Agosto, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado Aliquota

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21.set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14.set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

| Em R\$ | Aliquota, em % | Deduzir, em R\$ |
|--------------------------|----------------|-----------------|
| Até 1.903,98 | Isento | |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5 | 142,80 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15 | 354,80 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 636,13 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 869,36 |

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

| | Aliquota | Mínimo em R\$ | Máximo em R\$ |
|------------|---------------|---------------|---------------|
| Empregado | De 7,5% a 14% | 97,04 | 713,09 |
| Empregador | 20% | 250,50 | 1.220,21 |

*O prazo para o patrão da doméstica venceu em 4.set. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro